

- Cada item das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços identificados pela expressão “Espaço livre” que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I

1 Na organização do poder político no Estado moderno,
à luz da tradição iluminista, o direito tem por função a
preservação da liberdade humana, de maneira a coibir a
4 desordem do estado de natureza, que, em virtude do risco da
dominação dos mais fracos pelos mais fortes, exige a existência
de um poder institucional. Mas a conquista da liberdade
7 humana também reclama a distribuição do poder em ramos
diversos, com a disposição de meios que assegurem o controle
recíproco entre eles para o advento de um cenário de equilíbrio
e harmonia nas sociedades estatais. A concentração do poder
10 em um só órgão ou pessoa viria sempre em detrimento do
exercício da liberdade. É que, como observou Montesquieu,
13 “todo homem que tem poder tende a abusar dele; ele vai até
onde encontra limites. Para que não se possa abusar do poder,
é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limite o
16 poder”.

Até Montesquieu, não eram identificadas com clareza
as esferas de abrangência dos poderes políticos: “só se
19 concebia sua união nas mãos de um só ou, então, sua
separação; ninguém se arriscava a apresentar, sob a forma de
sistema coerente, as consequências de conceitos diversos”.
22 Pensador francês do século XVIII, Montesquieu situa-se entre
o racionalismo cartesiano e o empirismo de origem baconiana,
não abandonando o rigor das certezas matemáticas em suas
25 certezas morais. Porém, refugindo às especulações metafísicas
que, no plano da idealidade, serviram aos filósofos do pacto
social para a explicação dos fundamentos do Estado ou da
28 sociedade civil, ele procurou ingressar no terreno dos fatos.

Fernanda Leão de Almeida. A **garantia institucional do Ministério Público em função da proteção dos direitos humanos**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010, p. 18-9. Internet: <www.teses.usp.br> (com adaptações).

Com base nas ideias contidas no texto I, julgue os itens a seguir.

- 1 Montesquieu busca a explicação dos fundamentos do Estado ou da sociedade civil de forma análoga à dos metafísicos.
- 2 No Estado moderno, cabe ao Ministério Público a função da preservação da liberdade humana, de forma a proteger os mais fracos da dominação dos mais fortes.
- 3 A conquista da liberdade humana pressupõe a distribuição do poder em ramos diversos.
- 4 Segundo Montesquieu, aquele que não encontra limites para o exercício do poder que detém tende a agir de forma abusiva.

Julgue os itens subsequentes, relativos às estruturas linguísticas do texto I.

- 5 O emprego do sinal indicativo de crase em “à luz da tradição iluminista” (l.2) é facultativo, ou seja, a sua retirada não prejudicaria a correção gramatical nem o sentido original do texto.
- 6 O pronome “eles” (l.9) faz referência a “ramos diversos” (l. 7 e 8).
- 7 A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas, caso a vírgula empregada logo após o vocábulo “que” (l.12) fosse eliminada.
- 8 A flexão plural em “eram identificadas” (l.17) decorre da concordância com o sujeito dessa forma verbal: “as esferas de abrangência dos poderes políticos” (l.18).

Texto II

1 A persecução penal se desenvolve em duas fases:
uma fase administrativa, de inquérito policial, e uma fase
jurisdicional, de ação penal. Assim, nada mais é o inquérito
4 policial que um procedimento administrativo destinado a reunir
elementos necessários à apuração da prática de uma infração
penal e de sua autoria. Em outras palavras, o inquérito policial
7 é um procedimento policial que tem por finalidade construir
um lastro probatório mínimo, ensejando justa causa para que
o titular da ação penal possa formar seu convencimento, a
10 *opinio delicti*, e, assim, instaurar a ação penal cabível. Nessa
linha, percebe-se que o destinatário imediato do inquérito
policial é o Ministério Público, nos casos de ação penal
13 pública, e o ofendido, nos casos de ação penal privada.

De acordo com o conceito ora apresentado, para que
o titular da ação penal possa, enfim, ajuizá-la, é necessário
16 que haja justa causa. A justa causa, identificada por parte da
doutrina como uma condição da ação autônoma, consiste na
obrigatoriedade de que existam prova acerca da materialidade
delitiva e, ao menos, indícios de autoria, de modo a existir
19 fundada suspeita acerca da prática de um fato de natureza
penal. Dessa forma, é imprescindível que haja provas acerca da
possível existência de um fato criminoso e indicações razoáveis
do sujeito que tenha sido o autor desse fato.

Evidencia-se, portanto, que é justamente na fase do
25 inquérito policial que serão coletadas as informações e as
provas que irão formar o convencimento do titular da ação
penal, isto é, a *opinio delicti*. É com base nos elementos
28 apurados no inquérito que o promotor de justiça, convencido
da existência de justa causa para a ação penal, oferece a
denúncia, encerrando a fase administrativa da persecução
31 penal.

Hálmna Regina de Lira Rolim. A **possibilidade de investigação do Ministério Público na fase pré-processual penal**. Artigo científico. Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2010, p. 4. Internet: <www.emerj.tjrj.jus.br>. (com adaptações).

Conforme as ideias contidas no texto II,

- 9 a fase do inquérito policial em que são coletadas as informações e as provas que irão formar o convencimento do titular da ação penal é denominada *opinio delecti*.
- 10 a fase jurisdicional da persecução penal tem início após o oferecimento da denúncia pelo promotor de justiça.
- 11 a existência de prova da materialidade delitiva é suficiente para que se considere a existência de indícios de autoria.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das estruturas linguísticas do texto II.

- 12 Haveria prejuízo à correção gramatical do texto, se o vocábulo “que” (ℓ.26) fosse substituído por **onde**.
- 13 A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas, caso as formas verbais “possa formar” (ℓ.9) e “instaurar” (ℓ.10) fossem substituídas, respectivamente, por **forme** e **instaure**.
- 14 O sentido original do texto e a sua correção gramatical seriam mantidos, se o período “Dessa forma, (...) o autor desse fato” (ℓ. de 21 a 23) fosse reescrito do seguinte modo: Assim, é imperioso que exista provas acerca da possível existência de um fato criminoso e indicações sólidas de quem tenha sido o autor desse fato.
- 15 Em “Evidencia-se” (ℓ.24), o pronome “se” pode, facultativa e corretamente, ser tanto posposto — como aí foi empregado — quanto anteposto à forma verbal — **Se evidencia**.

Julgue os seguintes itens de acordo com as prescrições constantes no **Manual de Redação da Presidência da República** acerca das características formais e linguísticas das correspondências oficiais.

- 16 Em um ofício, informações relativas ao remetente, tais como nome do órgão e(ou) do setor a que ele pertence, endereço postal, telefone e endereço de correio eletrônico são obrigatórias e podem ser apresentadas no cabeçalho ou no rodapé do expediente.
- 17 O telegrama é uma forma de comunicação oficial que, por ser dispendiosa e tecnologicamente ultrapassada, foi substituída integralmente por formas de comunicação mais modernas, econômicas e rápidas, como o fax e o correio eletrônico.
- 18 O termo Atenciosamente constitui fecho adequado para um expediente no qual se empregue Vossa Excelência como pronome de tratamento.
- 19 O trecho a seguir é adequado para figurar como o parágrafo inicial de um memorando que encaminhar documento cuja remessa tenha sido solicitada: Encaminho, para conhecimento, cópia do Memorando n.º 12/2015, do Setor de Informática, a respeito do plano de reorganização interna desse setor.
- 20 A mensagem é uma modalidade de comunicação oficial que segue o padrão ofício, devendo ser apresentados, no local da identificação de seu signatário, o nome e o cargo da autoridade que a expede.
- 21 A comunicação mediada por uma exposição de motivos tem como interlocutores um ministro (ou ministros de Estado), no papel de emissor(es) do expediente, e o presidente da República (ou o vice-presidente), no papel de destinatário da comunicação oficial.

Julgue o item a seguir, referente às autarquias federais.

- 22 A criação de autarquia é uma forma de descentralização por meio da qual se transfere determinado serviço público para outra pessoa jurídica integrante do aparelho estatal.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 23 O ato que aplica determinada sanção a um servidor público configura exemplo de ato constitutivo, que se caracteriza por criar, modificar ou extinguir direitos.
- 24 Tanto os atos administrativos constitutivos quanto os negociais e os enunciativos têm o atributo da imperatividade.

A respeito dos cargos e funções públicas, julgue os itens que se seguem.

- 25 A função pública compreende o conjunto de atribuições conferidas aos servidores ocupantes de cargo efetivo, razão por que não é exercida por servidores temporários.
- 26 O ocupante de cargo vitalício só perde o cargo mediante regular processo judicial com sentença transitada em julgado.

Julgue os próximos itens, acerca de inexigibilidade de licitação e do leilão como modalidade licitatória.

- 27 A contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, insere-se entre as hipóteses de licitação dispensável.
- 28 Se a administração pública pretender vender bens móveis inservíveis, ela deverá fazê-lo mediante leilão a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação dos bens em questão.

Com relação ao controle da administração e ao poder de polícia administrativa, julgue os itens seguintes.

- 29 O poder de polícia administrativa, que incide sobre as atividades, os bens e os próprios indivíduos, tem caráter eminentemente repressivo.
- 30 Compete ao Poder Judiciário, como mecanismo de controle judicial, sustar, de ofício, os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com relação ao Ministério Público e suas funções.

- 31 Um procurador da República está atuando em determinado processo criminal sobre tráfico ilícito de drogas. Nessa situação, conforme o princípio da indivisibilidade, poderá haver substituição do procurador.
- 32 Em uma operação das Forças Armadas em área urbana, um militar disparou sua arma de fogo e o projétil atingiu e feriu um transeunte civil. No desenrolar das investigações, foi suscitado conflito de atribuição entre um promotor de justiça militar e um procurador da República. Nessa situação, caberá à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal decidir acerca do conflito.

Com relação ao MPU e aos Ministérios Públicos dos entes federados, julgue os próximos itens.

- 33 A nomeação e a posse do procurador-geral de justiça do Distrito Federal e dos territórios e do procurador-geral da justiça militar são de responsabilidade do procurador-geral da República.
- 34 O procurador-geral da República é a maior autoridade na hierarquia do MPU, e sua nomeação, pelo presidente da República, está condicionada à aprovação de seu nome pela maioria simples do Congresso Nacional.
- 35 Cabe ao procurador-geral da República apresentar a proposta de orçamento do MPU, que é feita com base na compatibilização dos anteprojetos originários dos diferentes ramos da instituição, e é objeto de avaliação obrigatória do Conselho de Assessoramento Superior do MPU.

No que diz respeito aos procuradores-gerais de justiça e aos membros do MPU, julgue os itens seguintes.

- 36 Caso o procurador-geral da República cometa homicídio qualificado, ele deverá ser processado e julgado por esse crime perante o Senado Federal.
- 37 Para que um procurador da República que esteja afastado da carreira para exercer outro cargo público possa ser promovido por merecimento, é necessária a aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.
- 38 Se o procurador-geral de justiça de determinado estado da Federação cometer conduta incompatível com suas atribuições, ele poderá ser destituído do cargo por deliberação da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo do referido estado.

Com relação ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens subsequentes.

- 39 Considere que um promotor de justiça estadual responda a processo disciplinar perante a corregedoria de seu órgão e que, durante o curso regular do processo, o CNMP avoque o referido processo. Nessa situação, a avocação do processo por parte do CNMP é indevida por extrapolar suas atribuições estabelecidas no texto constitucional.
- 40 Para compor o CNMP, cabe ao STF indicar um juiz, mas, para a efetivação do indicado como membro do referido conselho, a indicação deverá ser aprovada por maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

Considerando as disposições do Decreto n.º 1.171/1994 e as resoluções da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), julgue os itens a seguir.

- 41 Em observância aos princípios da publicidade e da transparência, as comissões de ética instituídas pelo Decreto n.º 1.171/1994 deverão, a partir da instauração de procedimento para a apuração de infração ética, dar ampla publicidade aos expedientes adotados em todas as fases processuais.
- 42 Suponha que a CEP, após procedimento regulamentar, tenha apurado a prática de infração grave por determinada autoridade. Nessa hipótese, é possível o encaminhamento de sugestão de exoneração dessa autoridade a autoridade hierarquicamente superior, não podendo a penalidade ser aplicada diretamente pela CEP.
- 43 É vedado ao servidor público, conforme o Decreto n.º 1.171/1994, retirar da repartição pública qualquer documento pertencente ao patrimônio público, salvo se estiver legalmente autorizado a fazê-lo.

- 44 Não atentará contra os deveres fundamentais do servidor público, previstos no Decreto n.º 1.171/1994, o servidor público federal que, mesmo exercendo a sua função com finalidade estranha ao interesse público, atue em conformidade com as formalidades legais e não viole expressamente disposições de lei.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990.

- 45 Um servidor público federal inativo praticou, quando em atividade, conduta punível com a penalidade de demissão. Nessa situação, ao final do devido procedimento de apuração, se for confirmada a responsabilidade do servidor, deverá ser cassada a sua aposentadoria.
- 46 João, servidor público federal, atuou, junto à repartição pública competente, como intermediário da concessão de determinado benefício previdenciário do qual o seu pai figura como titular. Nessa situação, conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990, João praticou conduta vedada pela norma regente.

Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992 e nos preceitos de ética, moral e cidadania, julgue os itens seguintes.

- 47 Uma vez que a moral se reveste de conteúdo mais doutrinário e normativo que a ética, é correto afirmar que um dos fundamentos de existência da noção de moral seria a formação de uma base teórica para o estudo da ética.
- 48 Considere que um agente público, contratado para o exercício de função transitória e não remunerada em determinado órgão público, tenha recebido vantagem econômica indevida em razão desse exercício de função. Nesse caso, em virtude da precariedade do vínculo e da ausência de remuneração, é correto afirmar que o agente público não estará sujeito às regras e às penalidades contidas na Lei de Improbidade Administrativa.
- 49 Em razão do caráter meramente exemplificativo do rol de condutas que caracterizam os atos de improbidade administrativa, poderá ser cometido ato de improbidade ainda que a infração praticada pelo agente público não esteja descrita na Lei de Improbidade Administrativa.
- 50 O exercício da cidadania sofre influência das questões éticas e morais que moldam o comportamento individual do cidadão. Isso porque o conjunto das condutas individuais compõe o comportamento de determinado grupo social, do qual são extraídas as demandas que subsidiam a adoção de políticas públicas e a concretização de direitos sociais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 51 As empresas públicas que recebem da União recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral estão obrigatoriamente incluídas no orçamento fiscal.
- 52 O efeito regionalizado de benefícios tributários concedidos pelo governo federal que resultem em isenção ou anistia deverá ser incluído no projeto de lei orçamentária anual.
- 53 O orçamento de desempenho, por considerar o resultado dos gastos e os níveis organizacionais responsáveis pela execução dos programas, distingue-se do orçamento clássico.
- 54 De acordo com o princípio da exclusividade, é vedado ao Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual (LOA) autorização para contratação de operação de crédito.

Com relação às classificações e técnicas de execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 55 A transferência de créditos orçamentários de um órgão público a outro órgão que esteja em ministério ou estrutura administrativa diferente deve ser feita por meio de repasse.
- 56 É vedado classificar o ingresso de recursos provenientes da alienação de componentes do ativo permanente como receita patrimonial.
- 57 A regionalização das metas físicas na execução da despesa é obrigatória e deve ser expressa nos atributos dos planos orçamentários previamente definidos para a ação.
- 58 O crédito para despesas urgentes, e não incluídas no orçamento, realizadas em função da ocorrência de calamidade pública, deverá ser aberto por meio de medida provisória.

De acordo com as normas legais e infralegais que envolvem matéria tributária e orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- 59 O órgão público que fizer pagamento a fundação de direito privado pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral deverá efetuar as retenções, na fonte, dos impostos e contribuições federais incidentes sobre o valor pago.
- 60 Caso seja declarada a insolvência de devedor de empresa por sentença emanada do Poder Judiciário, a empresa credora poderá deduzir as perdas dos valores devidos como despesas, para determinação do lucro real.
- 61 É vedada a compensação entre os valores retidos de impostos e contribuições e os montantes devidos em relação a fatos geradores ocorridos depois do mês de retenção.
- 62 As competências próprias das unidades responsáveis pelas atividades de planejamento incluem a captação de dados e o cálculo de indicadores econômicos e sociais destinados a desenvolver previsões e informações estratégicas sobre tendências e mudanças no âmbito nacional e internacional.
- 63 Estará proibido de realizar convênio com a União o ente da Federação em débito junto a órgão ou entidade da administração pública em relação a obrigações fiscais ou a contribuições legais.

À luz do disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

- 64 As despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento podem ser consignadas na lei orçamentária anual em dotações globais.
- 65 Montante correspondente à anulação de despesas que tenha ocorrido posteriormente ao encerramento do exercício financeiro a que se refere será considerado receita do exercício em curso.

De acordo com a Resolução CFC n.º 750/1993, a observância dos princípios de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 66 Nos casos em que são aplicados indexadores em contas de ativo com a intenção de representar a variação do poder aquisitivo da moeda corrente, em determinado período, há observância do princípio do registro pelo valor original.
- 67 É possível vislumbrar a capacidade futura de geração de caixa de uma empresa ao se utilizar o princípio da competência como pressuposto para os registros contábeis.
- 68 A agregação contábil de patrimônios autônomos resulta em nova entidade e não pode ser caracterizada como uma unidade de natureza econômico-contábil.
- 69 Na aplicação dos princípios de contabilidade, há situações em que a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. Um exemplo é o registro da depreciação mensal, adotando-se como parâmetro a vida útil econômica e o valor residual do bem em detrimento da vida útil estabelecida por norma específica.
- 70 O princípio da oportunidade refere-se à produção de informações íntegras e tempestivas, sendo a tempestividade dos registros contábeis fator preponderante para proporcionar ao gestor rapidez na tomada de decisões.

Julgue os itens seguintes, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

- 71 Segundo a atual perspectiva contábil, o patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa, caso os seus sócios desejem comercializá-la sem sofrer perda econômica.
- 72 O benefício econômico futuro de um componente patrimonial é o pressuposto primordial para que esse componente seja contabilizado como ativo.
- 73 Um passivo é uma obrigação presente advinda de eventos passados. Sua liquidação resulta, necessariamente, na saída de recursos financeiros capazes de gerar benefícios econômicos.
- 74 As despesas configuram perdas nos benefícios econômicos de uma entidade, sob a forma de redução de ativos ou acréscimo de passivos, não estando relacionadas a distribuição de recursos a sócios/acionistas.
- 75 Se a conclusão de transação que envolva prestação de serviços não puder ser avaliada de forma confiável, a receita somente será reconhecida na proporção dos gastos recuperáveis.

Considerando que a mensuração, o registro e a evidenciação dos fatos contábeis refletem diretamente no patrimônio das empresas, julgue os itens subsequentes.

- 76** Se uma empresa adquirir estoques a prazo em condições normais de crédito, o custo financeiro implícito será registrado como despesa financeira e não como custo de aquisição.
- 77** A redução do valor residual de um ativo imobilizado proporcionará aumento da cota de depreciação mensal desse ativo, caso sua vida útil seja mantida inalterada.

Com relação à divulgação e análise das demonstrações contábeis, julgue os próximos itens.

- 78** Os recursos aplicados na construção de ativos para uso da entidade correspondem a fato permutativo do ativo e não serão evidenciados na demonstração do valor adicionado (DVA).
- 79** Na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto, há a necessidade de apresentação de informações complementares em notas explicativas, o que não ocorre ao se optar pelo método indireto. Assim, caso a empresa opte pelo método direto, ela deverá evidenciar os montantes de juros, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos durante o período.
- 80** A conversão de financiamentos a pagar de curto prazo em capital social proporcionará acréscimo ao índice de liquidez corrente da empresa.

Julgue os itens a seguir, acerca do papel do Ministério Público da União (MPU) relativamente ao campo de atuação e objetivo no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público.

- 81** Por ser uma entidade governamental, o MPU deve disponibilizar informações sobre aspectos de natureza financeira e física do seu patrimônio.
- 82** Cabe ao MPU garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social, sendo a ele facultativa a aplicação integral das técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público.

- I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;
- II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;
- III baixa de equipamento considerado inservível;
- IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue os itens que se seguem.

- 83** O evento IV representa uma variação patrimonial qualitativa, mas não quantitativa: há redução do patrimônio líquido concomitante à inclusão da conta redutora no ativo.
- 84** Os eventos I e II devem ser registrados como variação patrimonial quantitativa diminutiva: ambos caracterizam despesas do MPU sob o enfoque patrimonial.
- 85** O evento III, extraorçamentário, não deve ser registrado como variação patrimonial.

Julgue os próximos itens, com relação à estrutura e às características das contas do plano de contas único do governo federal, composto por oito classes de contas, no âmbito do MPU.

- 86** Para registrar os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio, o MPU deve utilizar contas contábeis de natureza de informação de controle.
- 87** Mesmo com a adoção do plano de contas único do governo federal, o MPU pode desdobrar as contas contábeis além do sétimo nível ou utilizar outros níveis de contas para o registro de informações complementares.

Julgue os itens seguintes, relativos à contabilização de eventos contábeis registrados no âmbito do MPU.

- 88** Na descentralização do crédito orçamentário, devem ser respeitadas a classificação funcional e a estrutura programática da despesa orçamentária.
- 89** Os recursos arrecadados em exercícios anteriores podem ser classificados como superávits financeiros para fins de elaboração do projeto de lei orçamentária.

Os seguintes eventos contábeis foram registrados no primeiro exercício financeiro encerrado de determinada entidade governamental.

- previsão da receita orçamentária e fixação da despesa orçamentária, no valor de R\$ 160.000,00 cada;
- lançamento de impostos no valor de R\$ 100.000,00, sendo arrecadados 80% desse valor;
- recebimento de imóvel em doação no valor de R\$ 60.000,00;
- empenho e liquidação de despesas de pessoal no valor de R\$ 75.000,00, sendo R\$ 50.000,00 pagos no exercício e R\$ 25.000,00 inscritos em restos a pagar.

A partir dessa situação, julgue os itens a seguir relativos à estrutura e às instruções de preenchimento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- 90** Considerando-se os valores inscritos em restos a pagar, é correto afirmar que o balanço financeiro apresentou saldo para o exercício seguinte de R\$ 90.000,00.
- 91** Como se trata de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa, o imóvel recebido em doação afeta positivamente a apuração do resultado patrimonial do exercício apresentado na demonstração das variações patrimoniais em R\$ 60.000,00.

Julgue os itens subsequentes, a respeito do gerenciamento de acesso e segurança do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

- 92** Cabe ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) a responsabilidade pelo cadastramento do cadastrador-geral no sistema Senha do SIAFI.
- 93** Com autorização do titular da unidade gestora, o operador que registre documento no sistema pode dar conformidade diária no SIAFI.

Acerca da elaboração da proposta orçamentária e da execução do orçamento, julgue os itens subsecutivos, conforme disposições da Lei n.º 4.320/1964.

- 94 Qualquer renda com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato é objeto de lançamento.
- 95 Desde que devidamente justificada, será admitida emenda ao projeto de lei de orçamento que vise conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.

Considerando que um investidor tenha aplicado R\$ 50.000,00 à taxa de juros simples de 15% ao mês, julgue os itens que se seguem.

- 96 Suponha que o montante auferido após n meses nessa aplicação tenha sido aplicado por 4 meses à taxa de juros simples de 20% ao mês. Nessa situação, se o montante apurado ao final dos 4 meses for de R\$ 117.000,00, então $n > 3$.
- 97 Se, em um mês de 30 dias, o capital ficar aplicado por 23 dias, então o montante a ser auferido será superior a R\$ 55.500,00.

Julgue os itens subsequentes considerando que um investidor tenha aplicado R\$ 10.000,00 a juros compostos por um semestre e que 1,1 e 1,34 sejam, respectivamente, os valores aproximados para $1,048^2$ e $1,05^6$.

- 98 Se for proposta ao investidor uma taxa de juros nominal semestral de 30%, com capitalização mensal, o valor do juro obtido com a aplicação será superior a R\$ 3.300,00.
- 99 Se o valor dos juros for capitalizado trimestralmente e se, ao final do semestre, o montante apurado for de R\$ 10.600,00, então a taxa de juros compostos trimestral do investimento será superior a 5%.

A respeito de rendas uniformes, julgue os itens a seguir.

- 100 Considere que na aquisição de um título a expectativa seja de 5 pagamentos semestrais, postecipados, no valor de R\$ 5.000,00 cada, que, atualmente, o valor de mercado desse papel seja de R\$ 20.000,00 e que a remuneração paga a um investidor deva ser de 10% ao semestre para que ele atinja seu objetivo de poupança. Nessa situação, considerando 0,62 como valor aproximado para $1,1^{-5}$, o valor presente líquido desse investimento é negativo e, portanto, o título em questão não é uma boa alternativa de investimento.
- 101 Considere que Maria deseje comprar um bem por R\$ 100.000,00 à vista daqui a 4 anos e, para conseguir esse valor, ela pretenda fazer depósitos anuais, consecutivos e iguais, que serão corrigidos à taxa de juros compostos de 10% ao ano. Suponha ainda que, com esse objetivo, Maria tenha feito o primeiro depósito na data de hoje. Nessa situação, considerando 1,61 como valor aproximado para $1,1^5$, é correto afirmar que, para obter o valor necessário juntamente com o último depósito, a quantia que Maria deverá depositar anualmente é inferior a R\$ 16.400,00.

Um banco emprestou R\$ 10.000,00 à taxa de juros mensais de 1%, devendo ser pago pelo sistema de amortização constante (SAC), em 10 parcelas mensais e consecutivas, com a primeira prestação vencendo um mês após a tomada do empréstimo (sem carência). Nessa situação,

- 102 o total dos juros pagos até a quinta prestação inclusive será igual a R\$ 400,00.
- 103 o valor da primeira prestação será superior a R\$ 1.150,00.

Julgue os itens subsecutivos, relativos à taxa interna de retorno (TIR) e à avaliação de investimentos.

- 104 Considere que um investimento de R\$ 10,00 produza dois pagamentos mensais sucessivos: o primeiro, pago um mês após a data da aplicação, de R\$ 6,00, e o segundo, de R\$ 5,50. Nessa situação, a TIR para essa aplicação é superior a 9%.
- 105 Por gerar múltiplos resultados, a TIR é considerada superior ao valor presente líquido, pois permite ao analista escolher a taxa a ser apresentada ao investidor.

Com relação a avaliação, métodos, características, premissas e apuração de resultados atuariais em plano de benefício de previdência complementar fechada, julgue os itens subsequentes.

- 106 O atuário responsável pelo plano de benefícios poderá propor a criação de fundo previdencial e indicar, quanto a esse fundo, sua fonte de custeio e finalidade, que deverá guardar relação com um evento específico ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado; as regras de constituição e reversão do fundo deverão constar da nota técnica atuarial.
- 107 Na hipótese de ocorrência de déficit, o equacionamento pelo assistido deverá ocorrer por meio da instituição de contribuição extraordinária.
- 108 O benefício de pecúlio por morte, por corresponder a um único pagamento, será financiado, necessariamente, pelo regime financeiro de repartição simples.
- 109 Para fins de preenchimento das demonstrações atuariais a serem encaminhadas à PREVIC, a avaliação atuarial do plano de custeio será elaborada anualmente e o plano de custeio estabelecido entrará em vigor no mesmo ano a que se refere a avaliação.

A respeito do papel e do trabalho do atuário em uma operadora de saúde (OPS), julgue os itens a seguir.

- 110 O período dos dados a serem utilizados no cálculo da apuração das provisões técnicas do plano deverá contemplar o mínimo de doze meses.
- 111 A provisão de eventos/sinistros a liquidar, a provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e a provisão para remissão deverão ser apuradas conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado.

Com relação às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social, julgue os itens que se seguem.

- 112 O demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial (DRAA) do plano financeiro deve ser elaborado no caso de segregação de massa e contemplará somente os benefícios programáveis avaliados em regime financeiro de repartição simples com taxa de juros real referencial de 0%.
- 113 Admite-se a adoção de taxa real nula de crescimento da remuneração ao longo da carreira, desde que justificada em nota técnica atuarial.
- 114 As provisões matemáticas de benefícios a conceder em regime de capitalização correspondem aos compromissos com os integrantes da geração atual e das gerações futuras.
- 115 Na apuração do resultado atuarial do plano previdenciário, o ativo real líquido não poderá contemplar os créditos a receber do ente federativo, conforme estabelece o princípio da prudência.

Em relação ao controle interno administrativo no âmbito do Poder Executivo federal, julgue os itens a seguir.

- 116 Os princípios de controle interno administrativo incluem a previsão para que os funcionários gozem férias regularmente e a redução de rodízio entre as funções, a fim de melhorar a eficiência dos profissionais em relação aos serviços prestados.
- 117 Ao avaliar a efetividade dos controles internos administrativos, o servidor deve considerar se as políticas e registros que compõem os controles são adequados para proporcionar que o atingimento das metas ocorra de forma econômica e eficaz.
- 118 Infringe princípio de controle interno administrativo o servidor que desempenha função de controle na auditoria interna do MPU e possui senha de executor no SIAFI.
- 119 Na metodologia de trabalho adotada pelo sistema de controle interno, estão previstos uma avaliação sobre a atuação das unidades responsáveis pelo processo gerencial de implementação de políticas públicas de nível federal e o planejamento das ações de controle da execução dos programas de governo.
- 120 A lei federal que institui os sistemas de planejamento e orçamento da União inseriu o controle interno em um sistema específico, segregado dos sistemas de administração financeira e de contabilidade da União.

Espaço livre